

## Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: (C) (11) 95446-2020

pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas



POLÍTICA OPERÁRIA

Nº 25/2024 | AFUSE | 8 de agosto | 2ª Edição

## Carta aos delegados do Congresso Estadual da AFUSE

## Pelo direito de expressão política da Oposição!

O sindicato é nosso instrumento organizativo para lutar coletivamente na defesa das reivindicações próprias dos trabalhadores. A Corrente Proletária na Educação atua na AFUSE há muitos anos; e sempre fez e continua fazendo essa defesa. Mas o que vivenciou e vivencia é o aprofundamento da eliminação da democracia sindical. A burocracia impede as bases de avançar a construção de uma oposição classista, que tem como princípio a independência política do sindicato diante do Estado e dos governos. A oposição classista se mostra necessária quando a direção do sindicato se opõe aos métodos, ao programa próprio de reivindicações e à unidade dos trabalhadores. E, portanto, já não luta pelos empregos, pelos salários, pela estabilidade e pela escola pública.

A Corrente Proletária nasceu justamente devido à degeneração burocrática da Afuse, provocada pela política de conciliação de classes da direção, que acaba se submetendo à política do governo burguês de plantão. Eis por que a direção sindical ligada à política do PT vem há muito combatendo a constituição de uma oposição com os métodos autoritários que violam completamente a democracia sindical.

No boletim de maio da Corrente Proletária na Educação, do Partido Operário Revolucionário, fizemos a crítica do que iria acontecer no Congresso do início de agosto. Eis o chamado aos funcionários de escola: "Construir uma oposição classista, independente e de luta na AFUSE!". Afirma que essa é a tarefa da base para enfrentar uma direção burocrática ligada ao PT, que anos a fio engessou o sindicato se valendo de mudanças estatutárias antidemocráticas. Assim, refletiu a política sindical ligada ao Estado burguês, que tem esmagado a categoria,

sucateado a educação pública, contratado professores e funcionários em regime temporário, terceirizado, privatizado e procurado militar as escolas. É um estatuto que nega a democracia sindical.

Na prática, a Corrente Proletária na Educação vivenciou o quanto a direção é avessa à democracia sindical. Mesmo participando do Congresso Regional, que faz parte do critério para participar do Congresso Estadual, acabou sendo impedida de se fazer presente no Congresso de agosto. No dia 29 de junho, aconteceu na sede da CUT no Brás, a reunião de conselheiros que também foi restrita, impedindo a participação da base. O dirigente regional Roni não deu informe da reunião que fez o pedido para se realizar, em Franco da Rocha, uma plenária para se discutir e eleger delegados. A base foi totalmente marginalizada pela direção do sindicato, que passou a escolher arbitrariamente os delegados.

O dirigente regional de Franco da Rocha faz parte desta direção majoritariamente petista. Ao ser questionado, diz que a forma como se está elegendo os delegados é legal, de acordo com o estatuto. Ou seja, o Estatuto justifica o burocratismo da política da direção. Na segunda semana de julho, o dirigente tinha de passar os dois delegados que tinham direito de participar no Congresso. Os participantes decidiram



a favor de dois delegados, que acabaram não tendo assegurada a representação indicada no Congresso Regional.

Em Itaquera, a direção não convocou uma reunião para eleger os delegados. Essa decisão arbitrária foi tomada porque no encontro regional o número de trabalhadores das escolas era maior que os conselheiros estaduais, o que possibilitava eleger os delegados de base, particularmente da Corrente Proletária. Para não correr esse risco, o dirigente regional de Itaquera indicou por sua própria conta os delegados e os suplentes. Esses dois exemplos mostram a política de uma direção burocratizada, que necessita de fazer manobras para impedir a oposição de defender suas propostas e criticar a política de conciliação de classes.

No dia 8 de julho, às 16 horas, ocorreu de forma virtual a votação que passou por cima da legitimidade do Congresso Regional presencial. A militante da Corrente Proletária na Educação, diante deste método estranho, fez uma declaração política: "Diante da situação que vivemos hoje, exige uma direção à altura. Sem uma fração revolucionária não colocaremos de pé uma oposição independente e classista que nos reorganize entorno das nossas necessidades básicas e com nossas próprias forças. Isso não passará num Congresso onde predomina a conciliação de classe, regada de um burocratismo profundo. Política reformista inimiga da política proletária que historicamente já mostrou que não tem como conciliar o trabalhador e o capital. Isso deixou claro a Revolução Russa com seu dirigentes Lênin e Trotsky, que deixaram vários escritos, obras, para a gente aprender".

Depois da declaração da Corrente Proletária na Educação, o burocrata dirigente colocou duas formas: sorteio ou votação. Optou-se por votar. Não podia votar em si mesmo, e a situação só piorou. No final, neste dia, não se conseguiu eleger os delegados. O dirigente, então, informou que iria marcar uma reunião presencial para o sábado.

Na quinta-feira, 11 de julho, o dirigente disse que não conseguira fazer a reunião no sábado, porque tinha de entregar no dia 12 de julho

os dois nomes. Com essa justificativa esfarrapada, fez o sorteio, que favoreceu 2 delegados de oposição. Mas, nesse processo fraudulento, o dirigente não passou os informes por escrito à base sobre o que aconteceu na reunião de conselheiros no dia 29 de junho. Na sexta-feira, o dirigente por telefone mandou um áudio informando que o sorteio de quinta não tinha validade. Isso porque ele fez um equívoco, só tinha uma vaga para delegado. Assim, a primeira vaga era da Rosa, que faz parte da direção da AFUSE.

Na sexta-feira, dentro do ônibus, o dirigente fez uma chamada de vídeo e usou o seu gorro para fazer um sorteio, e assim completou a eliminação dos dois trabalhadores de base de participar no Congresso. Informou que éramos apenas dois suplentes e, caso alguém faltasse, seríamos convocados. Como o Estatuto expressa o processo de profunda burocratização, a oposição não tem direito de seguer ser ouvida no Congresso. Esse tipo de autoritarismo ocorre também nas reuniões de conselheiros, que o dirigente diz ser democracia sindical.

A Corrente Proletária na Educação vem diante do Congresso Estadual defender a democracia sindical e o sindicato classista, onde as bases decidem sobre a sua organizacão, as reivindicações e os métodos de luta. A oposição ao ser impedida de se expressar compromete o funcionamento e as decisões do Congresso, que terão de ser encarnadas e impulsionadas pelas bases. A Corrente Proletária na Educação não poderia deixar de lutar até o fim pela democracia sindical.

A Corrente Proletária vem perante ao Congresso Estadual reivindicar o direito de ter os dois delegados da oposição, que foram eleitos no Congresso Regional de Franco da Rocha. Essa carta é um manifesto de defesa de um sindicato classista, forte e capaz de defender os trabalhadores que estão sofrendo uma brutal exploração exercida pelo Estado burguês.

Por um Congresso Estadual democrático, decidido pelas bases!

Escute o Massas,

podcast do Partido Operário Revolucionário



